

Comunicado
11.agosto.2021

Só a Verdade Vence a Mentira e a Calúnia



Que Interesses?

Quais os pressupostos?

Porquê?

A APG/GNR e a ASPP/PSP ao terem tido conhecimento do documento intitulado “esclarecimento/negociação do suplemento de risco”, documento subscrito pela auto-designada “Plataforma Sindical”, constituída por 13 estruturas associativas e sindicais da GNR e da PSP, em nome não só dos seus Sócios, mas de todos os profissionais da GNR e da PSP, teriam a imposição de vir a público prestar esclarecimentos para reposição cabal de verdade.

Desde Logo, há que separar águas, deixando claro que a APG/GNR e a ASPP/PSP são as estruturas mais antigas e representativas da GNR e da PSP respetivamente.

Posto isto, em nome da história da ASPP/PSP e da APG/GNR e dos nomes que a compuseram e compõem, **não acolhemos a acusação de que “dividimos” a união do protesto que se impõe**, em defesa de um suplemento de risco digno.



Só por escárnio se poderá fazer tal afirmação, quando estas estruturas, sendo numerosas, nem com a sua soma correspondem à representatividade, quer da APG/GNR, quer da ASPP/PSP, sendo muitas delas originárias de cisões das estruturas que agora criticam com tanta veemência.

Por outro lado, os factos descritos são falsos e, só quem não tem razão recorre à calúnia e à mentira para se fazer ouvir.

Antes de chegarmos ao documento, ponto por ponto, importa previamente esclarecer que **no início deste processo negocial com a Tutela, quer a APG/GNR, quer a ASPP/PSP tinham propostas próprias, ao passo que muitas das estruturas que hoje integram a tal “Plataforma” nada apresentaram,** indo umas ao arrasto de outras em prol de um valor fixo de 430,39€, com o argumento de que seria equivaler o suplemento de risco ao valor auferido pela PJ e pelo SEF.

Diga-se a verdade, a PJ e o SEF, não só não auferem exactamente este valor como, no seu caso é pago um subsídio em tudo semelhante ao Suplemento por Serviço nas Forças de Segurança e que incide numa percentagem sobre o vencimento base. Ou seja, **o que se pretende para a GNR e para a PSP é um suplemento de risco,** motivo pelo qual, **esta equiparação que as estruturas da “Plataforma” pretendem vender é falsa,** retira credibilidade à negociação de um suplemento de risco para as forças de segurança e, mais grave, é uma mentira que se está a passar àqueles que representam e cuja dignidade deveriam defender.

No que se refere ao conteúdo do documento em si e à participação da APG/GNR e da ASPP/PSP na plataforma sindical, cumpre informar o seguinte:

1 - **O documento refere que a APG/GNR e a ASPP/PSP, estruturas com rosto e que assumem, com responsabilidade o seu propósito (e que dessa forma podem e devem ser escrutinadas por aqueles que representam) teriam, por iniciativa própria, abandonado a plataforma sindical criada a propósito da discussão do Suplemento de Risco.**

Isto não corresponde à verdade! Num quadro de diálogo, próprio da democracia, depois da ASPP/PSP e a APG/GNR terem apresentado duas observações que consideravam pertinentes, estas foram pura e simplesmente excluídas. **Estava em causa a consagração no comunicado conjunto do apelo à luta do dia 21 de julho,**



protesto que tinha sido anunciado pela ASPP/PSP e pela APG/GNR e a omissão de um valor para o suplemento nesse comunicado, por se considerar que seria um argumento que o governo teria para anular a negociação.

Após estas sugestões/contributos da ASPP/PSP e da APG/GNR, de imediato foram estas duas estruturas confrontadas com um comunicado oficial sem a referência à ASPP/PSP e à APG/GNR. **Ou seja, estas duas estruturas foram excluídas pelas restantes sem serem informadas**, sendo certo que não teriam qualquer problema em subscrever qualquer comunicado ou entendimento com os outros sindicatos e associações, mesmo existindo opiniões divergentes na contraproposta a apresentar, mas para tal era importante que a disponibilidade para a unidade fosse abrangente a todas as estruturas.

2 – A ASPP/PSP e a APG/GNR reafirmam que não abandonaram a Plataforma Sindical, foram excluídas, por ausência de princípios democráticos mínimos e de diálogo (valores solicitados à tutela, mas não praticados). **E podemos provar o que dizemos!**

Todos os desenvolvimentos do referido “comunicado” que foram “transacionados” na plataforma WhatsApp estão, naturalmente, na nossa posse da ASPP/PSP e da APG/GNR, motivo pelo qual desde já encorajamos a Plataforma Sindical a REPOR a verdade, evitando vir a público provando materialmente o que afirmamos.

A APG/GNR e a ASPP/PSP foram removidas do grupo do WhatsApp usado pela Plataforma Sindical, às 13:27 do dia 08/07/2021 e contra factos não há argumentos.

3 – De igual forma, fácil de comprovar e igualmente mentira, falha a verdade quando se diz que a ASPP/PSP e a APG/GNR não teriam anunciado uma concentração para o dia 21 de Julho junto ao MAI, mas sim a Plataforma. Ora, o documento contradiz-se, mencionando que a APG/GNR e a ASPP/PSP propuseram acrescentar “no ponto 5 essa mesma iniciativa”. Esta ação de protesto já tinha sido anunciada e até para se vender falsidades tem que se ser competente na argumentação.



4 - A APG/GNR e a ASPP/PSP são há muitos anos parceiras naquilo que é consensual e desta vez não foi diferente. Já antes da reunião com o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, onde foi apresentada proposta do Governo, que as duas estruturas tinham já preparado e antecipado os passos seguintes. Mas mesmo assim fizeram-se representar na reunião da referida plataforma, apresentando as suas propostas.

A APG/GNR e a ASPP/PSP lutam pelos direitos dos seus associados há décadas e não aceitam lições de moral sobre se devem ou não ter entendimentos entre si, sobre se devem ou não usar som nos protestos que organizam.

A proposta conjunta da ASPP/PSP e da APG/GNR, do aumento faseado do suplemento em 3 anos é realista e viável, ao contrário daquela defendida pela Plataforma.

Estas estruturas estiveram presentes quando foi negociado o Suplemento por Serviço nas Forças de Segurança e, para quem tem má memória, **importa lembrar que era de 5% e que foi faseadamente aumentando para os atuais 20% do vencimento.**

É por tudo isto que, querendo manter uma dinâmica de aprendizagem, não aceitamos lições de quem não tem o saber feito, nem a experiência nem a capacidade de entender o que é um processo de negociação e que prefere avançar com **propostas irrealistas** que, sabe de antemão, não vão vingar. Até se poderia propor um suplemento de 1000€, porém, com que objetivo? Então e alguém acreditaria que seria viável? Estaríamos só a ser populistas e a inviabilizar a possibilidade de o risco da nossa profissão poder vir um dia a ser reconhecido, captaríamos uns sócios, sim, mas o ADN da ASPP/PSP e da APG/GNR seria ferido e isso não se pode permitir. É impossível.

Por fim e retomando o tópico da "união", **esta tem que existir, mas entre os profissionais da PSP e da GNR, em torno de estruturas sérias, transparentes e coerentes**, que não recorram à mentira para inflacionarem uma importância que não têm, até porque não são muitas formigas que fazem um elefante. Não é porque uma mentira é dita muitas vezes que passa a ser verdade. **A ASPP/PSP e a APG/GNR não enganam os polícias, defendem-nos com rosto, com seriedade e responsabilidade.**



A APG/GNR e a ASPP/PSP fazem votos para que as **calúnias cessem**, até porque se não tomaram posição sobre documentos similares anteriormente publicados, foi porque decidiram não o fazer.

Neste momento o que nos interessa é continuar a LUTAR, INFORMAR e defender os direitos dos profissionais das Forças de Segurança, em torno de uma verdadeira UNIÃO, defendendo um suplemento de risco digno, porque a proposta apresentada pelo Governo é INACEITÁVEL.

ASPP/PSP e APG/GNR